



XV JORNADA DO TRABALHO
**Conflitos territoriais,
(re)invenções do controle social
e das resistências do trabalho para além do capital**
2 a 5 de setembro de 2014
UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro Oeste)
Campus CEDETEG – Guarapuava/PR



O ESTADO DO PARANÁ NO ALVO DAS ELETROESTRATÉGIAS

Ralph de Medeiros Albuquerque- PPGMADER/UnB

ralphalbuquerque@yahoo.com.br

Adriane de Andrade - Graduada em Geografia-UFPR

adrianedeandrade@yahoo.com.br

RESUMO

O Paraná conta em seu território com diversas barragens, voltadas, sobretudo para a produção de eletricidade. O grande número de barragens distribuídas pelo estado, dá ao mesmo, o título de maior produtor de hidroeletricidade dentre todos os estados brasileiros, apesar de consumir uma ínfima parte da energia produzida. Os números relacionados à produção de energia elétrica do estado são responsáveis também por diversos impactos e conflitos socioambientais, sendo destacados no artigo os casos de Itaipu e de Salto Santiago, que removeram milhares de pessoas causando impactos de magnitude incalculável. O artigo buscou apresentar através de levantamento de dados junto ao órgão de licenciamento do Paraná o avanço do setor elétrico no estado, sendo os impactos diversos causados por estes empreendimentos, o somatório de grandes áreas a serem alagadas, famílias e pessoas a serem removidas a representação fidedigna do avanço das eletroestratégias representante do desenvolvimento Urbano-industrial de acumulação por espoliação.

Palavras-chave: Acumulação por espoliação; conflitos socioambientais; eletroestratégias; hidrelétricas; licenciamento ambiental.

Introdução

O estado do Paraná conta em seu território com a presença de grandes barragens, voltadas, sobretudo para a produção de eletricidade. Além disso, esse grande número de barragens distribuídas pelo estado permite que o mesmo seja considerado o maior produtor de hidroeletricidade dentre todos os estados brasileiros apesar de consumir uma ínfima parte da energia produzida.

Os importantes números relacionados à produção de energia elétrica do estado são responsáveis também por diversos impactos ambientais e conflitos socioambientais, sendo destacados no artigo os casos de Itaipu e de Salto Santiago que removeram milhares de pessoas e causando impactos de magnitude incalculável.

A porta de entrada da implantação de uma hidrelétrica, indiferente de seu tamanho, é sem dúvida o licenciamento ambiental, sendo por meio deste ato que o empreendimento se materializa, ou não. Nesse sentido o artigo buscou apresentar a



partir dos dados levantados junto ao órgão de licenciamento do Paraná, o avanço do setor elétrico no Paraná.

O crescimento do número de processos de licenciamento de hidrelétricas, os impactos diversos causados por estes empreendimentos, o somatório de grandes áreas a serem alagadas, famílias e pessoas a serem removidas são a representação fidedigna do avanço das eletroestratégias enquanto representantes de um modelo de desenvolvimento Urbano-industrial, produtor de acumulação por espoliação.

Nesse sentido, o artigo apresenta além desta parte introdutória uma seção da contextualização do setor elétrico, apresentando-se a importância da matriz hídrica de energia do país, bem como a forte participação do estado do Paraná nessa matriz. Apresenta-se ainda, alguns dos impactos causados no Paraná em virtude da construção de hidrelétricas destacando-se as usinas de Itaipu e Salto Santiago enquanto fontes de conflitos no estado. Em seguida é apresentada uma série de mapas com a espacialização dos empreendimentos hidrelétricos em licenciamento no estado do Paraná e alguns de seus impactos identificados por meio de análise dos EIAs/Rimas. Por fim como considerações são trazidos alguns conceitos importantes para uma melhor compreensão do setor elétrico e sua expansão no Paraná.

1. Contextualização do setor elétrico no Paraná

A produção de energia vive, ainda nos dias atuais, uma extrema dependência dos combustíveis fósseis. Segundo dados da Agência Internacional de Energia (IEA-2011), aproximadamente 80,5% da energia mundial gerada no mundo é originada por combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás natural, nuclear). As energias ditas renováveis (hidroeletricidade, solar, eólica), representam 19,5% apenas.

No contexto mundial, o Brasil possui singular participação no quesito fontes de energia renováveis, por ser um país fortemente pautado em energia Hidráulica (75%), ultrapassando os 80% quando somado com as demais fontes de energia alternativas, eólica, biomassa entre outros (MME, 2013).

Segundo dados do Balanço Energético Nacional (BEN) de 2013 elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Brasil gerou 552.498 GWh de energia sendo mais de 75% de fonte hidráulica como pode-se observar no Gráfico 1, sendo que ao tratar-se apenas de fontes hidráulicas a geração foi de 415.342 GWh.



XV JORNADA DO TRABALHO
**Conflitos territoriais,
(re)invenções do controle social
e das resistências do trabalho para além do capital**
2 a 5 de setembro de 2014
UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro Oeste)
Campus CEDETEG – Guarapuava/PR

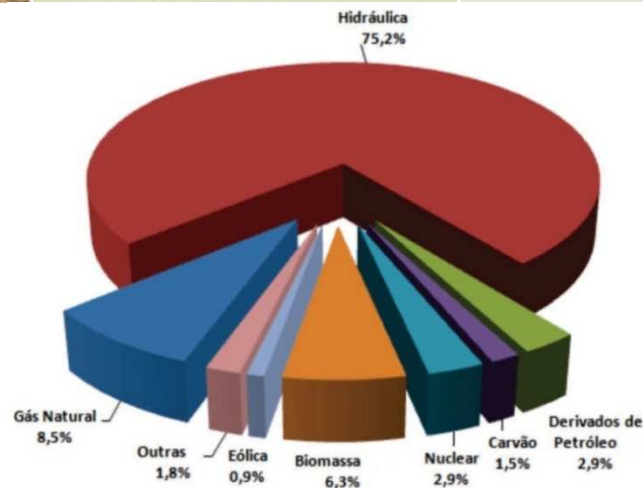


Gráfico 1: Geração elétrica no Brasil.
Fonte: EPE (2013).

Nesse mesmo cenário, o estado do Paraná aparece como maior contribuinte com a geração de 92.819 GWh o que representa aproximadamente 17% de toda a energia elétrica gerada, sendo o estado com maior contribuição na geração elétrica do país. Neste mesmo sentido ao tratar-se de capacidade de geração instalada por fontes hídricas o Paraná responde por aproximadamente 20% da capacidade de todo o país (EPE, 2013).

Apesar de ser o maior produtor de eletricidade do país, ao se analisar o consumo de energia, em 2012, para o Brasil foi de 448.117GWh e do estado do Paraná 27.790GWh, percebe-se que o consumo de eletricidade no Paraná é de apenas 6,2% de todo o consumo do país mesmo produzindo 17% de toda a eletricidade (EPE, 2013). Cabe destacar que esses dados do consumo indicam que apenas 29% da energia produzida no ano de 2012 foi consumida no estado, o restante serviu para outras regiões do país.

Além disso, o estado vem sofrendo os efeitos e impactos causados por grandes hidrelétricas desde a década de 1970, protagonizando um cenário com inúmeros conflitos socioambientais, que tem suscitado questionamentos acerca desses empreendimentos. Cabe destaque aos dois casos mais emblemáticos no estado, ligados ao processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a Usina Hidrelétrica de Salto Santiago.

A construção da usina de Itaipu foi concebida durante a ditadura militar na década de 1970, momento em que o governo brasileiro vivia o auge dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), dentre os planos havia estratégias de expansão



da indústria elétrica para suprir a demanda do desenvolvimento industrial, desencadeando a construção de inúmeras hidrelétricas, entre elas a de Itaipu (PINHEIRO, 2007).

A Itaipu Binacional formou-se da parceria entre os governos do Brasil e Paraguai para gerar energia para ambos os países, as obras iniciaram em 1974 e finalizou-se em 1982, com o fechamento das comportas para a criação do reservatório que alagou 1.350 km².

A construção de Itaipu causou diversos conflitos, sobretudo pelo deslocamento de populações que viviam no entorno do empreendimento, sendo que aproximadamente 60 mil famílias foram afetadas, além disso, a construção foi responsável pelo desaparecimento de Patrimônio Natural de valor inestimável, o alagamento dos Saltos das Sete Quedas (AGOSTINI; BERGOLD, 2013).

Do início ao fim da instalação de Itaipu ocorreram inúmeros conflitos, seja relacionado aos deslocamentos populacionais, pagamentos irrisórios de indenizações, assentamentos em áreas precárias e irregulares, desrespeito aos direitos civis dos atingidos, além disso protagonizou ainda o maior desrespeito aos povos indígenas que simplesmente foram deslegitimados dos seus modos de viver, impossibilitando a manutenção de seus hábitos culturais (AGOSTINI; BERGOLD, 2013).

Itaipu não foi a única a protagonizar os conflitos neste período, a construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, entre 1975 e 1979, também foi marcada pelo descaso a população ribeirinha, desencadeando o alagamento de 19,3 mil hectares, a população local e os municípios da região nem foram consultados quanto à realização do empreendimento, culminando em 1.000 famílias atingidas e que não indenizadas de forma adequada.

Vale destacar que a instalação das usinas hidrelétricas, e os inúmeros conflitos socioambientais oriundos destas construções, incitaram o surgimento de movimentos populares como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), que luta na defesa dos direitos dos atingidos (AGOSTINI; BERGOLD, 2013).

Apesar dos importantes números de geração de energia que o Paraná responde, pelo fato do estado ser altamente impactado em virtude da construção de diversos empreendimentos hidrelétricos, 70% do potencial hidrelétrico já aproveitado por cerca de 170 empreendimentos (ANEEL, 2014), além dos inúmeros conflitos



ocasionados pelas hidrelétricas já construídas, o Paraná continua sendo alvo do interesse mercantil do setor elétrico, conforme pode-se identificar ao analisar o número crescente de solicitações de licenciamento ambiental junto ao órgão licenciador estadual (IAP) e apresentamos à seguir alguns destes dados.

2. Mapa dos licenciamentos hidrelétricos no Paraná

Entre 2002 e 2010, o governo do Paraná suspendeu os licenciamentos ambientais de hidrelétricas, sobretudo PCHs, o entendimento era de que estes empreendimentos iam contra o interesse público. Com a mudança de governo em 2010, os licenciamentos foram novamente liberados gerando uma grande quantidade de processos de licenciamento junto ao órgão licenciador - Instituto Ambiental do Paraná – IAP - (ALBUQUERQUE, 2013). De acordo com levantamento realizado, entre 2010 e 2011, houve mais de 40 registros de solicitação de licença ambiental para diferentes empreendimentos hidrelétricos, atualmente o número ultrapassa os 70 registros. Diante destas informações apresentam-se alguns detalhes sobre o avanço das hidrelétricas no Paraná.

A partir dos dados levantados no site do IAP, identificou-se até o ano de 2013, cinquenta e sete PCHs e cinco UHEs em processo de licenciamento, estes números estão representados na Fig.1, além disso, foram analisados os EIAs/Rimas destes empreendimentos disponibilizados no site, permitindo realizar outras análises envolvendo as hidrelétricas.

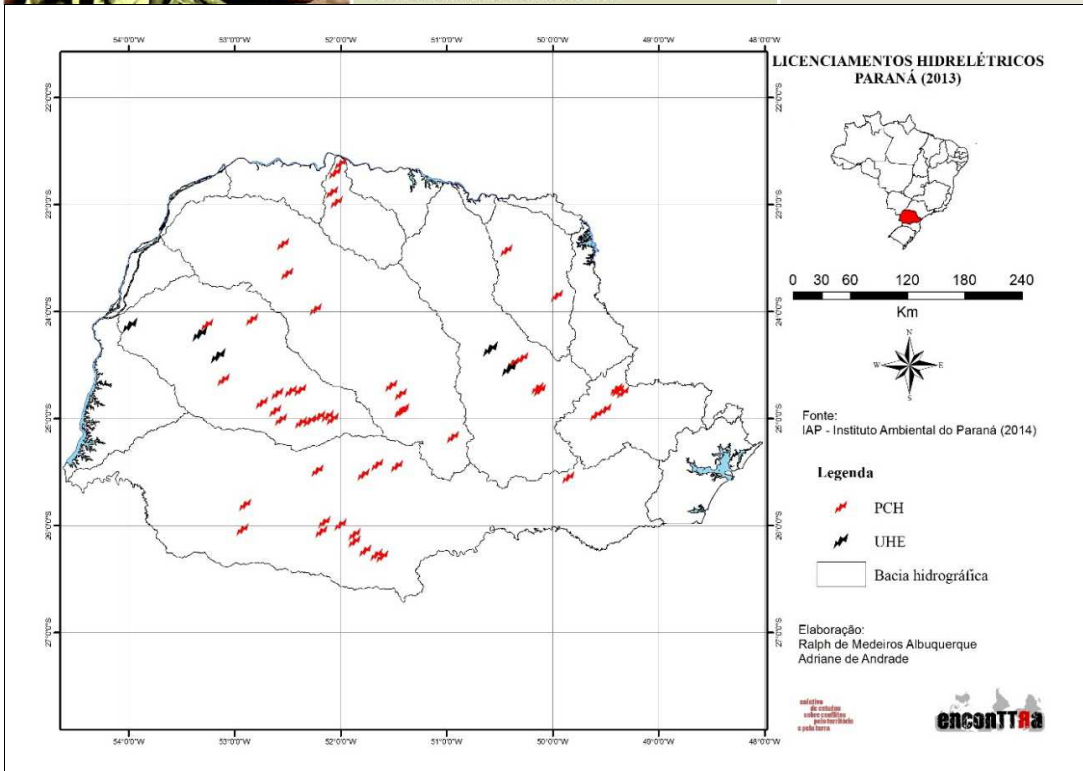


Figura 1: Processo de licenciamentos hidrelétricos no Paraná.
Elaborado: Albuquerque e Andrade (2014).

Dentre os empreendimentos em licenciamento, todas estas hidrelétricas somam aproximadamente 1.200 MW de potência a ser gerada, sendo 698 MW produzidos por PCHs. Ao se espacializar o potencial estimado dos empreendimentos pelas bacias do Paraná tem-se conforme a Fig. 2, um cenário de forte expansão do potencial de geração elétrica cabendo destacar que algumas das bacias aqui representadas já são altamente impactadas por hidrelétricas já existentes, cabe destaque à Bacia do Rio Piquiri, que é um dos poucos afluentes do Rio Paraná ainda sem barramentos, mas que tem previsto um potencial superior a 470 MW.

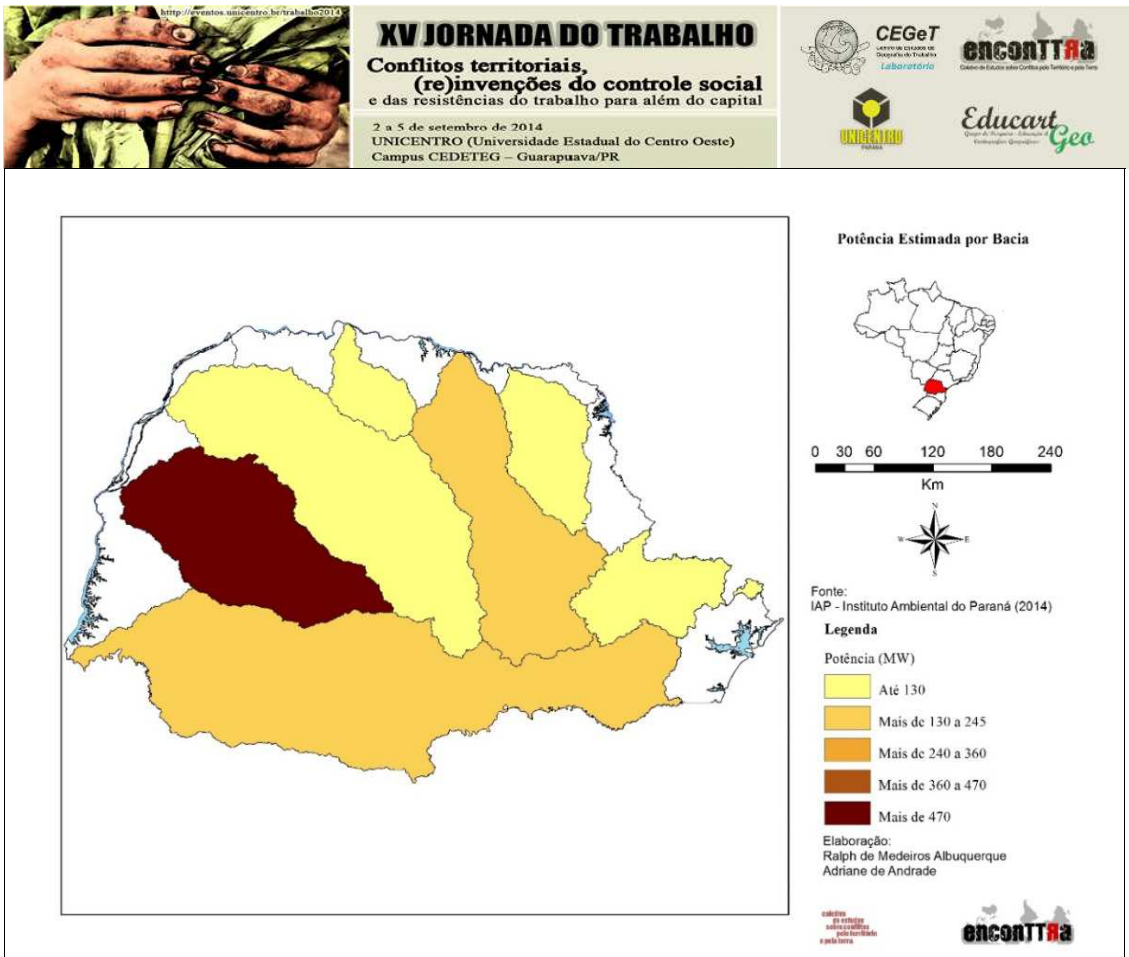


Figura 2: Potência prevista por bacia hidrográfica.
Elaborado: Albuquerque e Andrade (2014).

Outra forma de analisar a distribuição da geração é com base nos municípios onde estes empreendimentos se encontram como pode-se verificar na Fig.3, tem-se uma concentração de municípios com alta produção de energia na região centro-sul do estado, concentração nos municípios da Bacia do Rio Piquiri e outros mais dispersos pelo território estadual em virtude principalmente de projetos de UHEs somando potencial superior a 50 MW.

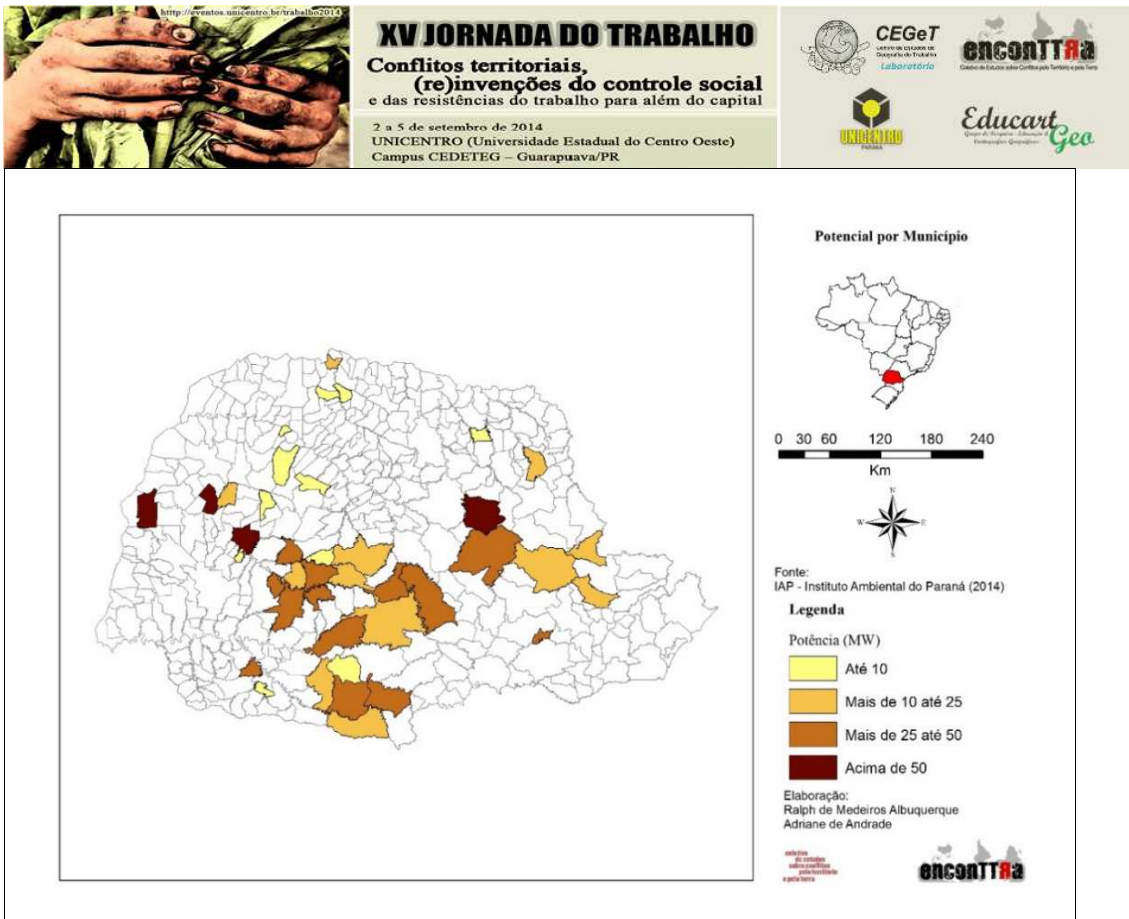


Figura 3: Potencial de geração hidrelétrica por *município*.

Elaboração: Albuquerque e Andrade (2014).

As hidrelétricas em licenciamento no Paraná somam um total de área alagada pelos reservatórios de 267,6 Km² dos quais 57% correspondem às 57 PCHs e os outros 43% pelas 5 UHEs em licenciamento. Estas informações apresentam um grande destaque para as bacias dos rios Piquiri e Ivaí, que são os principais alvos das eletroestratégias no estado.

Especificamente quanto às PCHs, vale ressaltar que a soma da área dos reservatórios é superior à área da UHE de Foz do Areia de 139 Km² (OBSERVATÓRIO SÓCIO-AMBIENTAL DAS BARAGENS, 2014), supera também a área alagada da UHE Salto Caxias com área de 140 Km² (ANEEL, 2010), ultrapassam ainda, em quase o dobro a área da UHE de Segredo que é de 82 Km² (LACTEC, 2009). As PCHs em conjunto, somam área três vezes maior de que a área de reservatório da UHE Salto Osório com 51 Km² (TRACTEBEL, 2014), por fim, a soma de área dos reservatórios das PCHs, é pouco menor que a área do reservatório de Salto Santiago de 208 Km² (TRACTEBEL, 2014). As cinco UHEs citadas são as maiores do Estado, estando todas já instaladas na Bacia do Rio Iguazu.

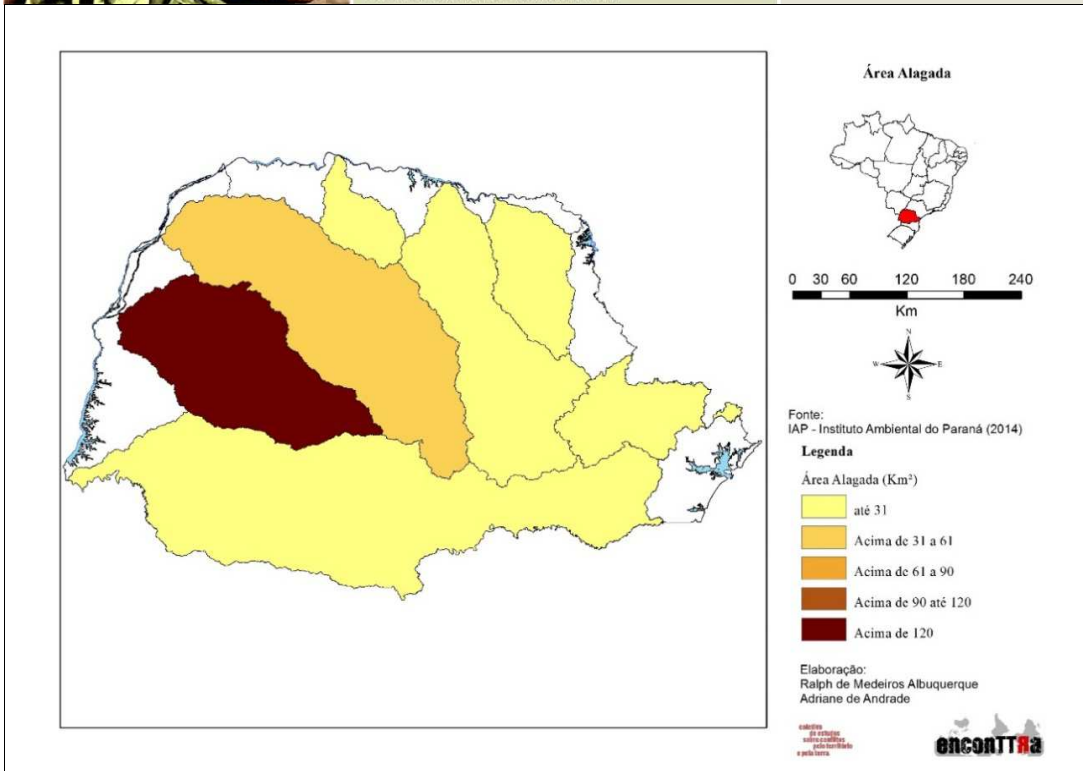


Figura 4: Área alaga por bacia hidrográfica
 Elaboração: Albuquerque e Andrade (2014).

Nesse mesmo sentido, ao se espacializar a área a ser alagada pelos municípios onde se prevê a instalação destes empreendimentos tem-se maior concentração de municípios com áreas maiores a serem alagadas nas regiões próximas ao Ivaí e Piquiri na região centro-sul do Paraná principalmente (Fig.5). Os municípios com as maiores áreas a serem alagadas são Alto Piquiri, Telêmaco Borba, Ubitatã e Turvo. Essa informação é importante, pois a maioria dos estudos busca justificar os empreendimentos afirmando proporcionar aumento nas receitas, neste sentido tem-se municípios que arcam com os custos ambientais e outros que recebem os benefícios disso ficando clara a injustiça ambiental por um lado ao beneficiar determinado grupo em detrimento da redução da qualidade ambiental de outro (ACSELRAD, 2004) e os possíveis conflitos ambientais distributivos, ocasionados pela desigualdade no acesso e na utilização dos recursos naturais (LASCHEFSKI e ZHOURI, 2010).

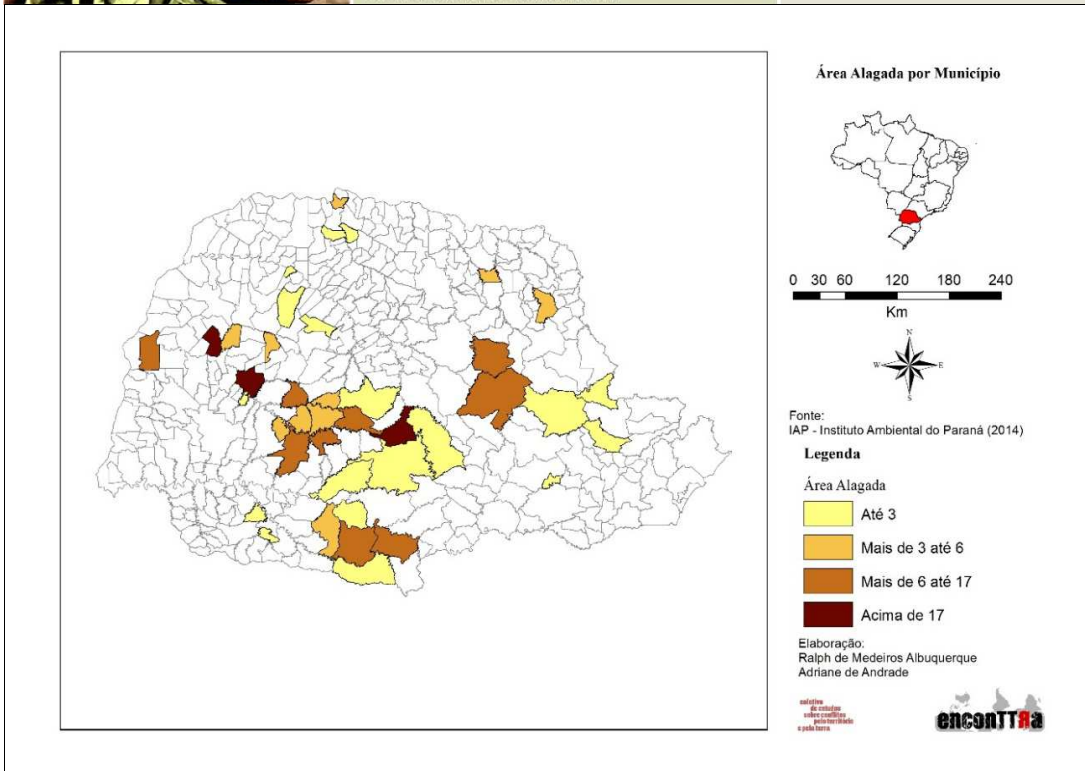


Figura 5: Área alaga por município.
 Elaboração: Albuquerque e Andrade (2014).

As famílias afetadas pelos empreendimentos, apesar da maioria dos EIAs/Rimas não apresentarem, somando-se no total 1.768, das quais 539 famílias afetadas pelas PCHs e 1.229 pelas UHEs. Estes números espacializados por bacia (Fig.6), apresentam o enorme impacto social que estes empreendimentos ocasionam, destacando-se novamente a bacia do Piquiri, mas também a do Tibagi e do Iguazu já altamente impactada por grandes UHEs.

Da mesma forma evidencia-se o número de famílias afetadas por município (Fig.7), alterando profundamente a dinâmica social, além do impacto ambiental.

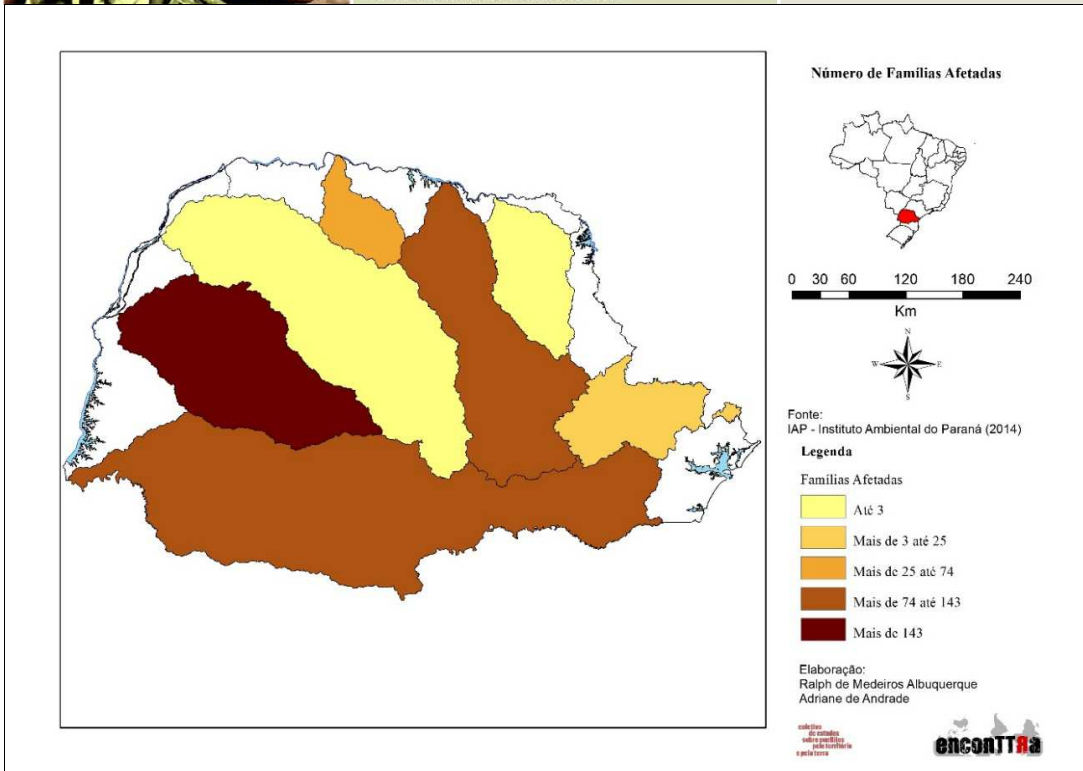


Figura 6: Famílias afetadas por bacia.

Elaboração: Albuquerque e Andrade (2014).

Quanto aos municípios com maior número de famílias afetadas cabe destaque para Terra Rocha, Alto Piquiri e Ubatã os quais contemplam em seus territórios empreendimentos do tipo UHE.

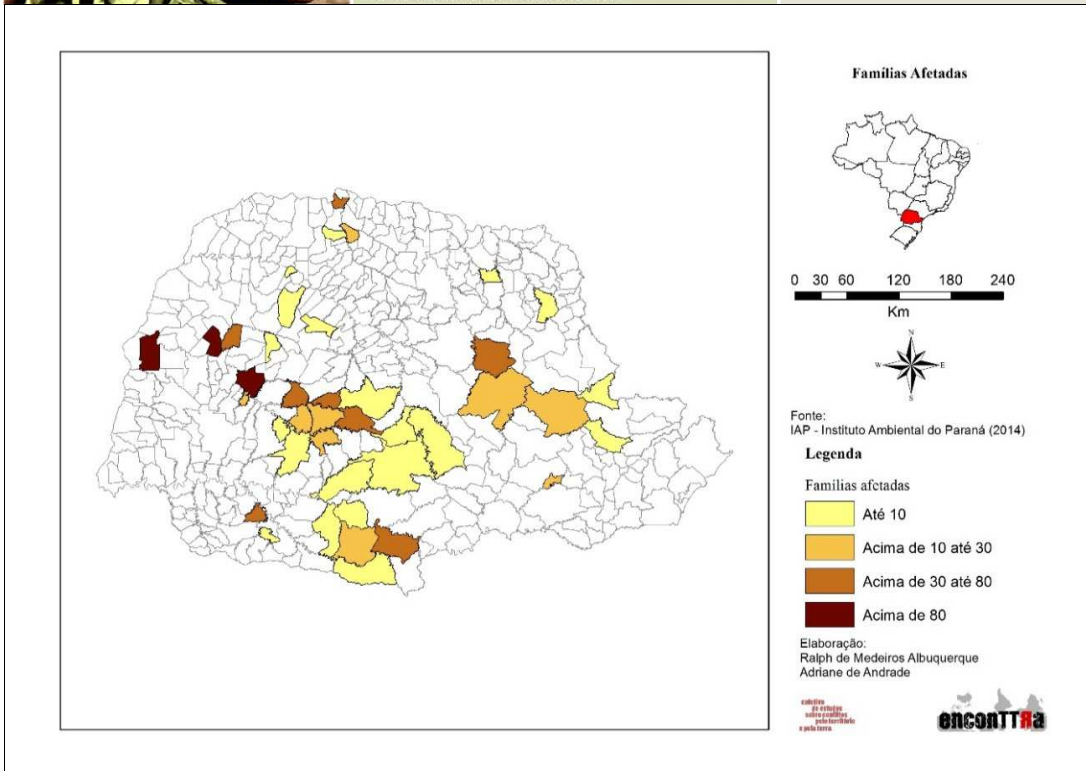


Figura 7: Famílias afetadas por município.
Elaboração: Albuquerque e Andrade (2014).

Outra informação de grande relevância é quanto ao número de pessoas afetadas que, da mesma forma que o número de famílias, a maior parte dos estudos (EIAs) não apresentam esta informação, sendo que dos mais de 60 empreendimentos em licenciamento apenas 15 trouxeram esses números, em alguns casos apenas estimados. Mesmo com o reduzido número de EIAs/Rimas apresentando esta informação tem-se um total de 900 pessoas que serão afetadas pelos diferentes empreendimentos hidrelétricos no Paraná.

As bacias hidrográficas que abarcam o maior número de afetados são novamente a do Piquiri e a do Iguaçu, ambas ultrapassam o número de 330 pessoas afetadas conforme pode observar-se na Fig.8.

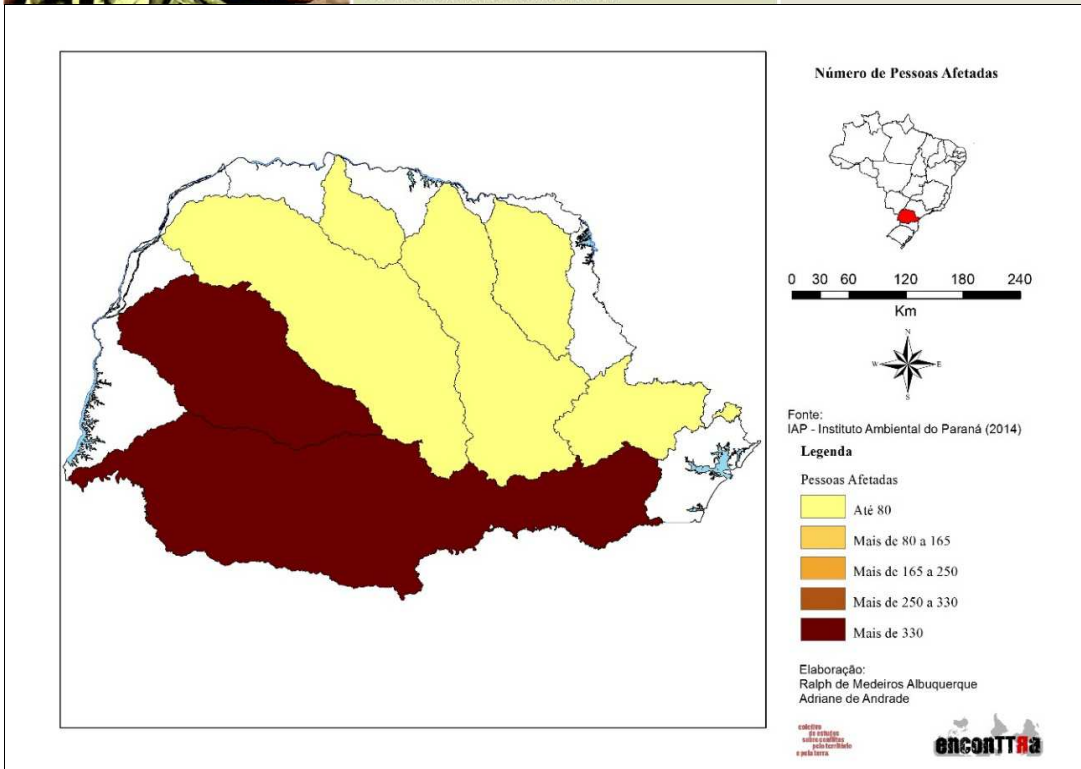


Figura 8: Pessoas afetadas por bacia.

Elaboração: Albuquerque e Andrade (2014).

Da mesma forma, ao se analisar o número pessoas afetadas por município (Fig.9), tem-se um cenário de municípios fortemente afetados na bacia do Iguaçu, sobretudo na região do município de Bituruna onde tem-se diversos empreendimentos previstos ao longo do rio Iratim¹. Na Bacia do Piquiri, por sua vez tem-se destaque para a região dos municípios de Mato Rico, Verê e Nova Cantu.

¹ Para maiores detalhes ver Albuquerque, R.M. As Pequenas Centrais Hidrelétricas da bacia do rio Iratim e seus impactos socioambientais: Uma reflexão sobre eletroestratégias e acumulação por espoliação. Monografia de Bacharel em Geografia (Universidade Federal do Paraná) 2013.

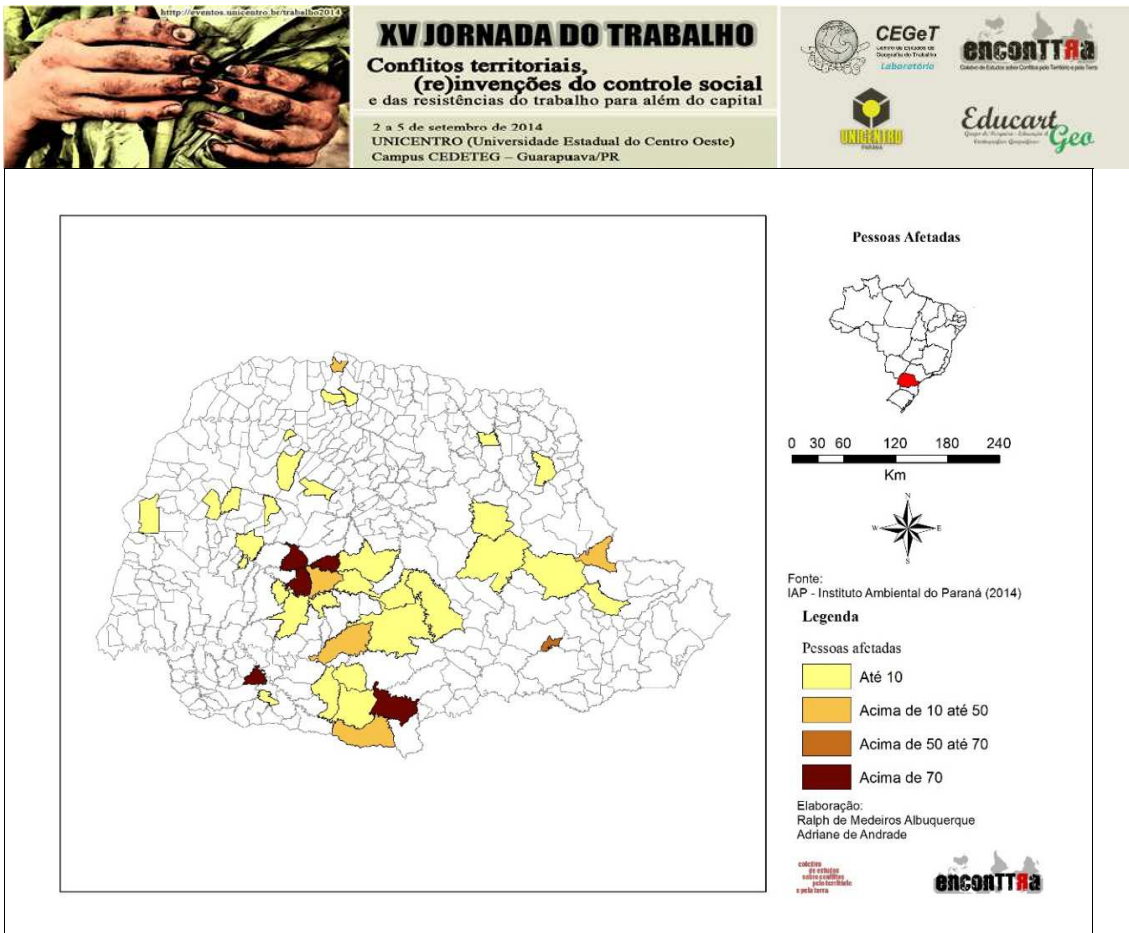


Figura 9: Pessoas afetadas por município.
 Elaboração: Albuquerque e Andrade (2014).

Os efeitos dos empreendimentos, em diversos casos, se sobrepõem nas áreas dos municípios, como se pode observar na Fig.10. Existem municípios que poderão ser afetados por até cinco empreendimentos hidrelétricos, cabe lembrar que esses dados são apenas dos projetos em licenciamento no órgão licenciador estadual (IAP), ou seja, há municípios que já contam em seu território com outros empreendimentos hidrelétricos construídos e em funcionamento.

Os municípios de Castro, Laranjal, Palmital e Turvo são afetados por 5 diferentes empreendimentos hidrelétricos, Santa Maria do Oeste, Tibagi e Goioxim por 4, outros 8 municípios são afetados por 3 empreendimentos, 21 municípios são afetados por 2 empreendimentos e 38 municípios por 1 empreendimento, tem-se assim pelo menos 74 municípios afetados por empreendimentos hidrelétricos o que equivale a aproximadamente 20% do número de municípios somando uma área de 28% do estado do Paraná que detêm 399 municípios e área de 199.554Km².

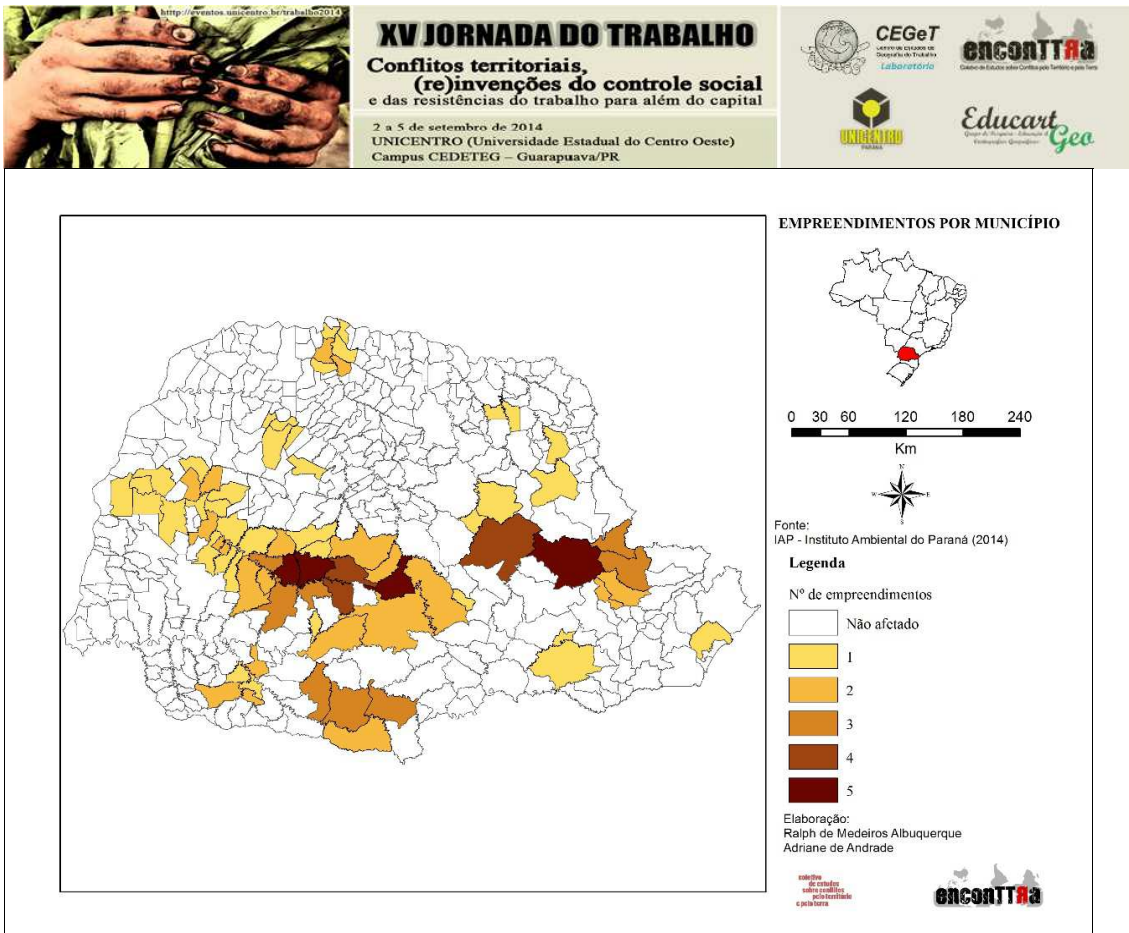


Figura 10: Número de empreendimentos que afetam os municípios
 Elaboração: Albuquerque e Andrade (2014).

Além disso, durante as análises dos EIAS/Rimas foram levantados nas matrizes de impacto ambiental o quantitativo de impactos positivos e negativos. Importante destacar que para além de positivos e negativos os impactos apresentam características como intensidade, duração, dentre outras, mas o contraste entre impactos positivos e negativos, serve de alerta quanto ideia muito defendida pelo setor elétrico e nos EIAS/RIMAs que as hidrelétricas são limpas e sustentáveis.

Como bem alerta Zhouri (2009, p.10) “os impactos causados por qualquer barragem são imensos, irreversíveis em sua maioria e ainda desconhecidos”, e aos defensores das PCHs a autora afirma: “tamanho, por si só, não é critério de sustentabilidade” (p.12).

Dentre os empreendimentos todos apresentaram maior número de impactos negativos. O maior número de impactos positivos foi de 17 contra 50 negativos na PCH Bela Vista, já de negativos foram 53 negativos contra 15 positivos, na PCH Cachoeira Brava.

Os mapas e as análises dos EIAS/RIMAs buscou apresentar um panorama dos conflitos (latentes ou manifestos) que o setor elétrico tem orquestrado no Paraná. As análises buscaram representar o mapa dos licenciamentos hidrelétricos, o potencial de



geração destes projetos em licenciamento, as famílias e pessoas afetadas a quantidade de áreas alagadas, o quantitativo de vezes que determinados municípios serão afetados / atingidos por diferentes empreendimentos e o quantitativo de impactos negativos *versus* positivos de cada empreendimento, mas cabe ressaltar que os efeitos deletérios das hidrelétricas extrapolam as fronteiras destas representações, mais de que isso, os mapas não representam as 29 famílias de assentados da reforma agrária que somam 106 pessoas no Assentamento Nossa Senhora Aparecida que poderão ser atingidas pela PCH Água Limpa e nem os afetados do Assentamento Jabuticabal em Goioxim, que mal são reconhecidos no EIA/RIMA.

Da mesma forma as análises e os mapas, não representam aquelas diversas pessoas e vidas que são indicadas nos EIAs como “propriedades atingidas”, “imóveis” ou ainda como “matrículas”.

Assim como não se representa a multiplicidade de atores a serem afetados/atingidos pelo setor elétrico no Paraná, podemos afirmar que os EIAs/RIMAs analisados estão muito aquém de indicar os verdadeiros impactos. Alguns até conseguem trazer alguns dados interessantes, porém não fazem síntese, são largados dados e mais dados ao longo dos EIAs e em momento algum esses dados são transformados em informação, fato este que dificulta ainda mais o levantamento destes empreendimentos que como bem descreveu Oliveira (2012) sobre o licenciamento ambiental está se escrevendo nada para ninguém, uma vez que estes estudos estão sendo aceitos para os licenciamentos no Paraná.

À guisa de conclusão

Diante dos dados supracitados entende-se que o avanço das hidrelétricas no Brasil e em específico o estado do Paraná, está diretamente relacionado com as *eletroestratégias* como um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e de ações ditas empreendedoras e sustentáveis que abrangem tanto estudos em favor do setor elétrico como suas oscilações de mercado e suas tendências, bem como de ajustes nas legislações ambiental e tributária, visando beneficiar o setor elétrico (ALBUQUERQUE e MORAES, 2013).

As eletroestratégias influenciam a flexibilização de legislações ambientais, galgam mais recursos para suas atividades e vendem a falsa ideia de produzirem energia



“limpa, barata e sustentável”, mas que, ao verificar-se na prática a espacialização destas ideologias, identifica-se a produção de diferentes conflitos ambientais em virtude dos diferentes modos de apropriação material do espaço, o tradicional com forte identidade local e o urbano-industrial-capitalista (LASCHEFSKI, 2011).

As PCHs são apontadas como solução para o modelo energético atual por oferecerem segundo o Governo federal “baixo impacto ambiental” por terem uma tamanho reduzido se comparado as UHEs. Segundo Zhouri (2013), o critério de tamanho utilizado nos discursos em defesa das PCHs não parece ser o mais adequado, uma vez que são inúmeras controvérsias relacionadas a esta classificação e só o seu tamanho não assegura impactos sociais e ambientais menores que os grandes empreendimentos.

Através dos dados levantados podemos verificar que existem municípios que serão afetados várias vezes por diferentes empreendimentos, dentre outros aspectos preocupantes os estudos não avaliam o critério de vários projetos, grandes ou pequenos, estarem localizados em uma mesmo rio ou bacia hidrográfica causando impactos sinérgicos e cumulativos, portanto a justificativa da utilização das PCHs como desenvolvimento sustentável não é plausível nem condizente com os efeitos que estes empreendimentos causam.

Para exemplificar, vale destacar o caso do licenciamento da PCH Dois Saltos em Prudentópolis, que incitou a criação do movimento popular denominado “Gigantes”. O principal fator que incitou a criação do movimento foi à apresentação do EIA/RIMA onde se afirmava que com a construção do empreendimento a vazão das cachoeiras seria prejudicada. Este impacto de magnitude certa e irreversível causou polêmica, pois a cidade tem nas suas cachoeiras um dos pilares da sua economia voltada ao ecoturismo, o que a torna ser conhecida hoje como “Terra das Cachoeiras Gigantes”.

Mesmo com toda repercussão notou-se que o instrumento de licenciamento ambiental e as audiências públicas invisibilizaram os manifestantes, ou seja, o instrumento que deveria ser o canal de comunicação é apenas mais um canal de exclusão, não houve participação dos atingidos como sujeitos do processo de gestão ambiental. Inclusive, a população teve que utilizar a intervenção do Ministério Público para terem suas requisições legitimadas. Como aponta Sigaud (1989), o novo enquadramento legal da questão através do licenciamento e da avaliação de impacto



ambiental não contribuiu para resolver os problemas sociais e ambientais derivados da política energética nacional. Muito aquém de uma avaliação da viabilidade socioambiental de um empreendimento, o licenciamento opera nos quadros atuais, como uma espécie de avalista (ZHOURI ET AL, 2005); o que significa que se o empreendimento possui as licenças requeridas, ele é automaticamente viável e como que imediatamente “sustentável”.

Nesse sentido, as eletroestratégias representam um modo de apropriação urbano-industrial-capitalista que busca justificar-se como promotor do desenvolvimento cabe, porém destacar como bem descreve Rist (2007, p.488, tradução nossa) “a essência do "desenvolvimento" é a transformação geral e destruição do ambiente natural e das relações sociais, a fim de aumentar a produção de commodities (bens e serviços) orientada, por meio de troca de mercado, a demanda efetiva”.

As eletroestratégias com sua respectiva proposta de desenvolvimento é mais uma expressão da acumulação por espoliação, que nada mais é que a acumulação primitiva descrita por Marx, porém com continuidade no mundo contemporâneo sendo “a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo, processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetarização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva” (HARVEY, 2005, p. 121).

Neste cenário tem-se claramente diversos conflitos socioambientais estabelecidos, de um lado a população atingida e ameaçada por estes empreendimentos e do outro o Setor Elétrico, incluindo-se o Estado e empreendedores privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária.



XV JORNADA DO TRABALHO
**Conflitos territoriais,
(re)invenções do controle social
e das resistências do trabalho para além do capital**
2 a 5 de setembro de 2014
UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro Oeste)
Campus CEDETEG – Guarapuava/PR



Referências

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume, 2004. p. 12-29.

AGOSTINI, M.A.; BERGOLD, C.R. VIDAS SECAS: Energia Hidrelétrica e Violação dos Direitos Humanos no Estado do Paraná. **Veredas do direito**, Belo Horizonte, v.10, n19, p.167-192, junho de 2013.

ALBUQUERQUE, R. D. M.; MORAES, G. G. ELETROESTRATÉGIAS: as pequenas centrais hidrelétricas e os meandros do setor elétrico brasileiro. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, Francisco Beltrão, Agosto 2013. 379-398. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19864/13089>

ALBUQUERQUE, R. M. **As Pequenas Centrais Hidrelétricas da Bacia do Rio Iratim e seus impactos socioambientais**: Uma reflexão sobre eletroestratégias e acumulação por espoliação. Curitiba, 2013. 114 p. Monografia de Bacharelado em Geografia - Universidade Federal do Paraná.

ANEEL. **Novos percentuais de áreas Inundadas**. Agência Nacional de Energia Elétrica. Brasília. 2010.

_____. - Agência Nacional de Energia Elétrica. **Banco de informações de geração**. Resumo estadual 2014 disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/ResumoEstadual/ResumoEstadual.cf>

EPE - EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanço Energético Nacional 2013: Ano base 2012**. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro, p. 288. 2013.

ITAIPU BINACIONAL; Disponível em <http://www.itaipu.gov.br/index.php?q=pt/node/356>. Acessado em: 15 de agosto de 2014.

LACTEC. **PLANO AMBIENTAL DE CONSERVAÇÃO E USO DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO DA UHE GOVERNADOR NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA**. INSTITUTO DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO. Curitiba, p. 260. 2009.

LASCHEFSKI, K.; ZHOURI, A. Conflitos Ambientais Norte-Sul: Agrocombustíveis para quem? In: ALMEIDA, A. W. B. D. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: Fronteiras da acumulação no Brasil Contemporâneo. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. Cap. 8, p. 257-310.

LASCHEFSKI, K. Licenciamento e Equidade Ambiental: As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A. **As Tensões do Lugar**: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. 1ª. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Cap. 2, p. 21-60.

OBSERVATÓRIO SÓCIO-AMBIENTAL DAS BARAGENS, 2014. Disponível em: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/>. Acesso em: 20 Agosto 2014.

PINHEIRO, M. F. B.; **Problemas sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países**. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos); Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.



RIST, G. Development as a buzzword. **Development in Practice**, London, August 2007. 485-491.

SIGAUD, Lygia. A Política Social do Setor Elétrico. In. *Sociedade e Estado*. Brasília, IV (1), p.55-71, jan/jun 1989.

TRACTEBEL ENERGIA, 2014. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/>>. Acesso em: 23 Julho 2014.

ZHOURI Andréa; Oliveira, Raquel. “Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas”, *Ambiente & Sociedade*, Campinas, Vol. X n.2, p.119-135. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a08v10n2.pdf>

ZHOURI, A. Hidrelétricas e sustentabilidade. **Revista Cidadania e Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, Edição Especial: Energias, p. 8-12, 2009.